

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 17/10/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez - Secretário Executivo da Comissão Interministerial
2. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Leiza M. Dubugras – Casa Civil
4. Raphael Azeredo - Ministério das Relações Exteriores
5. Marcos Otávio Bezerra Prates - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6. João Antônio Fagundes Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7. Cleuza Gomes - Ministério das Cidades
8. Nadja Limeira Araújo – Ministério das Cidades

Outros Participantes:

1. Branca Americano - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
4. Adriano Oliveira - Ministério do Meio Ambiente
5. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
6. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
7. Alexandre Peixoto – Ministério de Minas e Energia
8. Marta M. Marques Magalhães – Ministério dos Transportes

O Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

1. Aprovação da Ata da 4ª reunião extraordinária da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazerem no texto da Ata da 4ª reunião extraordinária da CIMGC.

O Dr. Adriano Oliveira pediu que nas páginas 15 e 31 fosse incluída menção do Ministério do Meio Ambiente em relação às deliberações da CIMGC sobre o Projeto de Pequena Central Hidroelétrica Braço do Norte IV e o Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa. Pediu também que na página 19, a deliberação da CIMGC sobre o Projeto de Cogeração com Bagaço Ruette fosse confirmada.

O Secretário Executivo anotou as duas primeiras solicitações e confirmou que a deliberação da CIMGC em relação ao Projeto de Cogeração com Bagaço Ruette foi pela revisão do projeto, sendo portanto necessária a correção na página 19.

Não havendo outras considerações, a Ata da 4ª reunião foi aprovada.

2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Executivo procedeu à análise dos projetos em revisão.

A Dra. Nadia Limeira, representante do Ministério das Cidades, pediu a palavra para expor a posição de seu ministério acerca do Projeto Embralixo de gás de aterro de Bragança Paulista.

O Secretário Executivo informou que, durante a 4ª Reunião Extraordinária, este projeto foi aprovado com ressalva e um ofício foi encaminhado ao proponente do projeto, não retornando para deliberação da CIMGC.

A Dra. Nadia Limeira esclareceu que o ponto levantado diz respeito à obrigatoriedade de contrato de concessão. Como o Projeto Embralixo de gás de aterro de Bragança Paulista está localizado em terreno particular, informou que não há a necessidade deste contrato, mas sim a de um contrato de prestação de serviço de até cinco anos, segundo a legislação.

O Secretário Executivo esclareceu que a CIMGC trata especificamente da contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável e, caso haja algum problema legal relacionado ao funcionamento do empreendimento, a autoridade nacional competente deve suspender sua operação ou tomar as providências cabíveis. Deste momento em diante, o projeto MDL deixará de reduzir emissões até que os problemas legais tenham sido solucionados e o empreendimento volte a operar normalmente.

3. Projetos em fase de revisão

3.1 Requerendo Créditos Retroativos

O Secretário Executivo informou que iniciaria a análise dos projetos MDL por aqueles em revisão com direito a créditos retroativos, cujo prazo para registro é até 31 de dezembro de 2006.

Destacou que os dois projetos a seguir **não** encaminharam resposta ao ofício da CIMGC até o dia 17 de outubro de 2006. Assim, **permaneceriam em revisão**.

- 64 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini**
- 127 - **Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa**

O Secretário Executivo convidou a Dra. Branca Americano para apresentar o posicionamento do MCT acerca dos demais projetos em revisão.

➤ **85 - Projeto de uso da escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos**

A Dra. Branca Americano informou que a principal exigência levantada acerca deste projeto dizia respeito à contabilização da energia consumida no processo de secagem de escória. O proponente do projeto acatou a exigência e contabilizou a energia gasta neste processo, abatendo-a das reduções de emissões de gases de efeito estufa desta atividade de projeto.

A Dra. Branca informou ainda que as demais exigências foram satisfatoriamente atendidas,. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado pela CIMGC.

O Dr. Adriano Oliveira apontou que o MMA concordava com o posicionamento do MCT de que o projeto poderia ser aprovado.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de uso da escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos.

➤ **91 - Projeto de MDL da Central Hidrelétrica a Fio D'Água Monte Claro CERAN**

A Dra. Branca informou que todas as exigências levantadas pelo Ofício MDL 133/2006/CIMGC foram atendidas pelo proponente do projeto, desta forma, sugeriu sua aprovação.

Não havendo comentários ou objeções, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de MDL da Central Hidrelétrica a Fio D'Água Monte Claro CERAN.

➤ **92 - Projeto de Produção de Cimento Composto com Escória de Alto Forno na Cimento Mizu**

A Dra. Branca destacou que se trata de um projeto similar ao projeto 85 discutido anteriormente. Na opinião do MCT, todas as exigências levantadas pelo Ofício MDL 132/2006/CIMGC foram atendidas.

O Dr. Adriano destacou que o MMA discordava da resposta encaminhada pelo proponente do projeto quanto às exigências 06 e 07 do Ofício MDL 132/2006/CIMGC. Ressaltou que não há qualquer menção que comprove que o proponente do projeto esteja, de fato, requerendo a obtenção da Licença de Operação do empreendimento. Pediu que fosse apresentada algum documento que comprovasse que foi feita a requisição para obtenção desta licença. Quanto à localização do empreendimento, informou que o proponente do

projeto não esclareceu satisfatoriamente a relação entre a empresa Polimix e o projeto MDL.

Tendo em vista o acima exposto, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de Produção de Cimento Composto com Escória de Alto Forno na Cimento Mizu, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Encaminhar cópia de documento enviado ao Órgão Ambiental competente que contenha a requisição da Licença, assim como informações oficiais sobre o estágio atual do processo de licenciamento. O empreendedor esclarece que a demora na obtenção da Licença de Operação da planta deve-se ao fato de terem sido solicitadas alterações no processo produtivo, o que vem postergando a data final de expedição da Licença. Adicionalmente, o proponente informa que encaminhou o laudo do último monitoramento realizado com vistas à obtenção da Licença. Contudo, observou-se que o documento encaminhado foi um Auto de Inspeção pouco legível em que não há referência à solicitação da Licença de Operação.
2. Esclarecer porque o nome e o endereço da fábrica, constantes do DCP, são diferentes daqueles contidos nas Licenças Ambientais encaminhadas à Comissão. Torna-se necessário que o empreendedor demonstre de maneira inequívoca que as Licenças encaminhadas estão relacionadas à atividade de projeto. Não houve esclarecimento sobre a relação da Polimix Concreto LTDA (constante da LI) com a Cimento Mizu (constante como participante do projeto no DCP).

➤ **101 - Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Gás Natural na Votorantim Cimentos Cubatão**

A Dra. Branca informou que todas as exigências levantadas pelo Ofício MDL 126/2006/CIMGC foram atendidas pelo proponente do projeto, desta forma, sugeriu sua aprovação.

Não havendo comentários ou objeções a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Gás Natural na Votorantim Cimentos Cubatão.

➤ **111 - Projeto Quimvale de Troca de Combustível para Gás Natural**

A Dra. Branca informou que todas as exigências levantadas pelo Ofício MDL 151/2006/CIMGC foram atendidas pelo proponente do projeto, desta forma, sugeriu sua aprovação.

Não havendo comentários ou objeções a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto Quimvale de Troca de Combustível para Gás Natural.

➤ **97 - Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural**

A Dra. Branca destacou que as exigências 02 e 03 encaminhadas ao proponente do projeto por meio do 138/2006/CIMGC não foram respondidas.

O questionamento levantado pela Comissão dizia respeito à adicionalidade do projeto, uma vez que esta atividade envolve a troca de combustível para gás natural no processo produtivo de cerâmica. Entretanto, o proponente do projeto não justificou adequadamente a adicionalidade do projeto, uma vez que esta substituição foi realizada por várias empresas do ramo. Assim, sugeriu que o projeto fosse mantido em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar dados e respectivas referências sobre as quantidades e tipos de combustíveis consumidos pelas empresas concorrentes no ramo de cerâmica na região, a partir de 2001, para fundamentar que a mudança para o gás natural não foi uma prática comum no ramo da cerâmica em Santa Catarina, e assim comprovar a adicionalidade da atividade de projeto. O fato de a empresa Eliane utilizar a tecnologia “via úmida” não confere a ela diferencial no que se refere à utilização do gás natural, haja visto que os dados apresentados apontam que as empresas que utilizam a tecnologia “via seca” também utilizam o gás natural. Assim, os argumentos apresentados não comprovaram a adicionalidade da atividade de projeto.
2. Apresentar o PDD/DCP e Relatório de Validação incorporando as informações relativas à ressalva no. 1.

3.2 Demais projetos em revisão

Os projetos a seguir **não** encaminharam resposta ao ofício da CIMGC até o dia 17 de outubro de 2006, **permanecendo, assim, em revisão**.

- 107 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Camil Camaquã
- 108 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa - CAAL
- 109 - Projeto de Captura de Gás de Aterro Sanitário Alto-Tiête
- 110 - Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa
- 117 - Projeto de Cogeração com Bagaço Giasa II
- 118 - Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros
- 119 - Projeto de Cogeração com Bagaço Ruelle
- 120 - Projeto de Cogeração com Bagaço Maracaí
- 121 - Projeto de Cogeração a Biomassa Josapar Itaquí
- 122 - Projeto de Geração de Eletricidade a Biomassa Josapar Pelotas
- 126 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Urbano SINOP

O Secretário Executivo convidou a Dra. Branca Americano para apresentar o posicionamento do MCT acerca dos demais projetos em revisão.

- 105 - Projeto de Gás de Aterro Sanitário de Manaus

A Dra. Branca informou que todas as exigências levantadas pelo Ofício MDL 134/2006/CIMGC foram atendidas pelo proponente do projeto e poderia ser aprovado.

Não havendo comentários ou objeções a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Gás de Aterro Sanitário de Manaus.

➤ **87 - Projeto USF Açúcar e Álcool S/A – Projeto de Co-Geração da Usina São Francisco**

A Dra. Branca Americano informou que foi encaminhado ao proponente do projeto o Ofício MDL 128/2006/CIMGC. Entretanto, não foram eliminadas, conforme requereu a Exigência 2, a afirmação de que a atividade de projeto consistia na construção de uma usina de açúcar, já que se trata, de fato, da implantação de uma unidade de cogeração elétrica.

Outras questões também precisam ser corrigidas, como por exemplo a quantidade de geração de energia média anual da atividade de projeto e a Lista dos Documentos do Relatório de Validação.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

Tendo em vista o acima exposto, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto USF Açúcar e Álcool S/A – Projeto de Co-Geração da Usina São Francisco, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Reapresentação do Relatório de Validação, observando:

- ✓ A correção da afirmação errada de que “a atividade de projeto consiste na **construção de uma usina de açúcar**”; a atividade de projeto é a **implantação de uma unidade de cogeração** e não a construção de uma usina de açúcar.
- ✓ A correção da média anual de excedente de energia, que, segundo se entende da Tabela 6 do Anexo 3 do DCP, é de 192.980 MWh considerando-se os sete anos do período de obtenção de créditos.
- ✓ A correção, na versão em inglês, no Anexo 2 - Lista dos Documentos Anexados, da lista de pessoas entrevistadas (doc /3/), que aparece como Anexo 2 e não como Anexo 3.

➤ **96 - Projeto de Cogeração com Bagaço Água Bonita (PCBAB)**

A Dra. Branca destacou que o proponente do projeto respondeu ao Ofício MDL 124/2006/CIMGC. Entretanto, o proponente do projeto não identificou, claramente, o montante de energia gerada e fornecida para o projeto, conforme questionado na Exigência. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Cogeração com Bagaço Água Bonita (PCBAB), condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Reapresentação do DCP/PDD, visando:

- ✓ Esclarecer se a diferença entre energia exportada para a rede (58.326 MWh/ano conforme contrato) e a energia total produzida (89.318 MWh/ano) cujo resultado é 30.992 MWh/ano é de fato a energia consumida internamente, já que a energia que consta da figura 10 do DCP/PDD é de 12.535 MWh/ano;
- ✓ Esclarecer se a usina, na ausência do projeto, precisaria importar energia da rede para o seu novo nível de produção a partir de 2007.
- ✓ Corrigir o fator de emissão antigo no Item E.5, no valor de 0,2636 t CO₂/MWh, para o valor correto de 0,2647 t CO₂/MWh.

2. Reapresentação do Relatório de Validação para refletir a nova versão pedida do DCP/PDD.

➤ 103 - Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (PCBM)

A Dra. Branca informou que foi encaminhado ao proponente do projeto o Ofício MDL 123/2006/CIMGC. Destacou que a análise deste projeto foi semelhante à do projeto Água Bonita (96), não tendo sido identificado claramente o montante de energia gerada e fornecida para o projeto, conforme questionado na Exigência. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (PCBM), condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Indicar de forma clara o montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede, bem como qual será o consumo próprio, pois não ficou claro nos dados apresentados na Tabela 6, Anexo 3, pág 38 do DCP. Para tal solicitamos a reapresentação do DCP/PDD, mostrando:

- ✓ A quantidade líquida de eletricidade gerada pela nova unidade instalada como parte da atividade de projeto;
- ✓ A quantidade líquida de eletricidade gerada pelas unidades antigas, a partir do início das atividades de projeto, já que segundo o Cenário 12 da metodologia usada, as unidades antigas continuam a funcionar;
- ✓ A quantidade líquida de energia elétrica exportada para a rede;
- ✓ A quantidade líquida de energia elétrica utilizada para consumo próprio;
- ✓ O motivo de o aumento da produção de cana-de-açúcar na safra 2009/2010, conforme DCP Item B.1.1, não estar refletido no aumento da energia gerada pelo projeto a partir desses anos.

O pedido justifica-se porque os dois primeiros itens são necessários para o cálculo de EGY, a quantidade líquida de energia gerada como resultado da atividade de projeto (incremento à geração de referência), durante o ano y em MWh. A Tabela 6, apresentada no DCP, confunde EGY com energia exportada para rede, que a exigência da Comissão Interministerial pede para ser esclarecida.

2. Reapresentação do Relatório de Validação para refletir as alterações pedidas no DCP/PDD. Confirmar se as unidades antigas permanecem em *stand-by*, e não ativas, como é indicado no Cenário 12 da metodologia utilizada.
3. Esclarecimento de comentário sobre barreira econômica e financeira ao Projeto, em que não se menciona o incentivo recebido do PROINFA (item B.3, Passo 3), pág 14 do DCP.

4. Novos projetos submetidos à CIMGC

4.1 Requerendo Créditos Retroativos

O Secretário Executivo informou que três novos projetos submetidos à CIMGC requerem créditos retroativos, assim, sugeriu que esses projetos fossem analisados antecipadamente.

➤ 129 - Projeto Guaxuma de Irrigação Renovável

A Dra. Branca informou que este projeto envolve a substituição de bombas de irrigação a diesel por bombas elétricas. A energia utilizada para alimentar as bombas será produzida localmente a partir da queima do bagaço da cana.

Destacou que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável e todos os demais aspectos exigidos pelas resoluções da CIMGC foram atendidos, assim, a opinião do MCT é de que este projeto poderia ser aprovado.

O Dr. Alexandre, representando o MME, destacou que na licença ambiental deste empreendimento não há menção à potência instalada do empreendimento. Entendia que esta é uma questão séria e deveria ser corrigida.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto Guaxuma de Irrigação Renovável, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Apresentar Licença de Operação referente à geração de energia elétrica de 14 MW, conforme consta no DCP, Tabela B.2 3 – Capacidade de geração instalada em Guaxuma.

➤ 130 - Projeto Uruba de Irrigação Renovável

A Dra. Branca destacou que este projeto era análogo ao projeto Guaxuma(129) e, assim, propunha que fosse aprovado.

O Dr. Alexandre destacou que devido ao tamanho, o ponto levantado para o projeto Guaxuma (129) não se aplicava a este projeto, assim, entendia que poderia ser aprovado.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto Uruba de Irrigação Renovável.

➤ 136 - Projeto Nobrecel Licor Negro

A Dra. Branca informou que este projeto envolve a instalação de um novo equipamento que aumenta a eficiência de secagem do licor negro, um subproduto do processo industrial de fabricação de papel. Trata-se de um projeto de pequena escala utilizando a metodologia I.C. versão 08 de 03 de março de 2006.

Algumas planilhas utilizadas nos cálculos do projeto não foram apresentadas. Outra questão é que parte do vapor gerado em um dos equipamentos deste projeto é utilizado em um outro projeto, situado no mesmo local. Assim, sugeriu que este projeto fosse aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Guaxuma de Irrigação Renovável, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação dos cálculos das reduções de emissões da atividade de projeto e das análises financeiras do projeto, referenciados no Relatório de Validação na forma dos seguintes arquivos em Excel:
 - ✓ “nobrecel, ERs calculations”
 - ✓ “financial analysis”
 - ✓ “enthalpy”
2. Esclarecimento se parte do vapor produzido pela caldeira de recuperação química (CRQ) está ou não está sendo utilizado para a produção de 8MW de energia no outro projeto MDL, “Projeto NOBRECEL de energia de biomassa”.
3. Apresentação das licenças ambientais referentes às alterações promovidas na planta industrial, seja de atividades, processos ou equipamentos, conforme determina a Licença de Operação LO 3001615, de 02/05/05. A alteração do combustível da caldeira e a instalação de equipamento cristalizador não foram notificadas formalmente à CETESB.

4.2 Demais projetos submetidos

O Secretário Executivo informou que os projetos a seguir foram submetidos durante a 33ª reunião e serão analisados durante a 34ª reunião da CIMGC.

- 128 - **Projeto de Pequena Central Hidroelétrica de Alto Benedito Novo**
- 131 - **Projeto Pequena Central Hidrelétrica Spessatto, Santo Expedito e Barra do Leão**
- 132 - **Projeto de Troca de Combustíveis da Rima em Botucaíúva, MG**
- 133 - **Projeto de usina de biomassa São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil**
- 134 - **Projeto de usina de biomassa São Sepé – Rio Grande do Sul, Brasil**

- 135 – **Projeto de usina de biomassa Dom Pedrito – Rio Grande do Sul, Brasil**
- 137 – **Projeto de Hidrelétrica Martinuv Espigão**
- 138 – **Projeto de Gás de Aterro CDR Pedreira (PROGAEP)**
- 139 – **Projeto Troca de óleo combustível por gordura animal na companhia de tecidos e fiação Santo Antônio**

5. Outros Assuntos

5.1 Projeto Cosipar

A respeito do projeto Cosipar, o Secretário Executivo informou que este projeto havia recebido carta de aprovação da CIMGC, porém o proponente do projeto perdeu o prazo para registro no conselho executivo e sua metodologia foi atualizada. Assim, passou a ser necessário a emissão de nova carta de aprovação pela CIMGC com atualização da documentação apresentada.

Neste meio tempo, em 05 de setembro de 2006, o Ministério do Meio Ambiente trouxe à luz novas informações de que esta empresa Cosipar havia sido autuada pelo IBAMA por estar utilizando madeira de floresta nativa em suas atividades. O proponente do projeto requereu o registro da atividade de projeto Cosipar no Conselho Executivo do MDL utilizando a carta de aprovação antiga da AND brasileira. Assim, a CIMGC, utilizando de suas prerrogativas, pediu a revisão do processo de registro desta atividade no Conselho Executivo.

O parecer do MMA foi encaminhado à CIMGC confirmando o uso de madeira nativa nas atividades da empresa Cosipar, assim a CIMGC deve decidir qual ação tomará a respeito desta atividade de projeto. O Secretário Executivo destacou, ainda, que uma carta foi encaminhada ao Ministro Sergio Rezende solicitando a emissão da nova carta.

O Dr. Adriano sugeriu que o proponente do projeto fosse comunicado oficialmente do problema, que também recebesse uma cópia da documentação repassada pelo MMA contendo as autuações emitidas pelo IBAMA e que o projeto fosse posto em revisão pela CIMGC.

5.2 Resolução nº 04 da CIMGC

O Secretário Executivo convidou o Dr. Haroldo Machado para prosseguir com a questão referente à Resolução nº 04 da CIMGC.

O Dr. Haroldo informou que o texto da Resolução nº 04 da CIMGC foi encaminhado via e-mail e que apenas o Ministério do Meio Ambiente encaminhou sugestões. Assim, propôs que uma reunião em separado seja realizada para discutir especificamente este tema.

O Secretário Executivo concordou com o posicionamento e convidou todos os representantes dos ministérios com interesse de discutir este tema a comparecerem a esta reunião. Indagou ao Secretário Raphael se este encontro poderia ocorrer no MRE.

O Secretário Raphael pôs-se à disposição para receber a reunião e pediu que a data fosse confirmada posteriormente por e-mail.

O Dr. Haroldo pediu licença para informar o andamento das discussões sobre o projeto de lei do Deputado Eduardo Paes.

A Dra. Larissa informou que apenas alguns ministérios encaminharam suas considerações e pediu que os demais membros encaminhassem seus comentários, caso tivessem interesse.

O Secretário Raphael sugeriu que este assunto fosse discutido em conjunto com a questão da Resolução nº 04 da CIMGC.

O Dr. Adriano informou que, quanto ao projeto Aurá, uma consulta havia sido feita à consultoria jurídica do MMA. Destacou que, na opinião daquela consultoria jurídica, a licença ambiental concedida para o aterro sanitário poderia englobar também a atividade de projeto. Assim, esta questão foi considerada resolvida, podendo, desta forma, o projeto ser aprovado.

Não havendo outros assuntos a tratar o Secretário Executivo agradeceu a presença dos representantes dos ministérios e encerrou a reunião.